

ISSN: 2525-5266



BOLETIM DE CONJUNTURA NERINT



volume 3 | número 9 | abril - junho 2018

BOLETIM DE CONJUNTURA NERINT

SUMÁRIO

A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE SOB TRUMP: A AGENDA EURASIANA <i>Cristina Soreanu Pecequillo e Joana Soares Cordeiro Lopes</i>	09
UM IRÃ NO MEIO DO CAMINHO <i>Rafaela Elmir Fioreze e Paulo Fagundes Visentini</i>	20
O GOVERNO XI JINPING E A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA CHINA NA ÁSIA <i>Erik Herejk Ribeiro e Magnus Kenji Hiraiwa</i>	31
PARA ALÉM DOS NOVOS ARMAMENTOS RUSSOS: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA TEORIA DE INOVAÇÃO E EMULAÇÃO MILITAR <i>Augusto César Dall'Agnol e Eduardo Tomankievicz Secchi</i>	46

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE SOB TRUMP: A AGENDA EURASIANA

Cristina Soreanu Pecequillo¹ e Joana Soares Cordeiro Lopes²

- A política externa de Trump insere-se na linha do internacionalismo unilateral, que tem como base a defesa do America First e a busca do Make America Great Again.
- Para Trump, assim como para seus antecessores, a Eurásia ainda figura como região prioritária, atualizando padrões táticos para o exercício da hegemonia.
- Os últimos desenvolvimentos incluem o risco de guerra comercial com a China, a barganha nuclear com a Coreia do Norte, o encontro de Trump com Kim Jong-un e o reengajamento estadunidense no Afeganistão.

Apresentação

A eleição de Donald Trump, em novembro de 2016, trouxe um elemento de instabilidade para a política externa dos Estados Unidos à medida que o candidato fora do establishment político republicano adotava posturas polêmicas em sua campanha presidencial sobre o papel norte-americano no mundo, suas interações com as organizações internacionais e suas relações com os aliados. Dentre estas podem ser listadas as críticas ao multilateralismo, a defesa do protecionismo e as críticas generalizadas a outros Estados como China, México e mesmo nações membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Ao assumir o cargo, o presidente Trump tomou medidas que trouxeram confusão e dúvida ao se mostrar como um ator controverso, que demonstra inconsistência em suas opiniões, expressa posicionamentos importantes através de redes sociais e constantemente troca membros

da equipe de governo (Yarhi-Milo 2018). A partir deste quadro, questiona-se se houve continuidade ou ruptura na execução da política externa estadunidense, se existe ou não uma estratégia definida para a ação externa e qual seria o perfil da política externa de Trump: internacionalista ou isolacionista? Unilateral ou multilateral?

Em um contexto no qual analistas consideram o fim da hegemonia estadunidense, Trump figura como um defensor das políticas de *America First*, buscando renovar a percepção de grande potência hegemônica dos EUA pelos demais atores do sistema internacional (Wolf 2017). Na alta expressão do excepcionalismo estadunidense, Trump acredita na vocação e no direito dos Estados Unidos de ocupar a posição de superpotência global com responsabilidades hegemônicas de ativismo mundial, em resposta ao relativo declínio

1 Professora do Curso de Relações Internacionais da UNIFESP-Osasco, do PPGRJ San Tiago Dantas UNESP-PUC-UNICAMP e do PEPI da UFRJ. Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora associada do NERINT.

2 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora assistente do NERINT.

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

recente, simbolizado no slogan do *Make America Great Again*.

Envolto na dualidade idealismo e realismo – ou, como a administração o chama, realismo baseado em princípios (Estados Unidos 2017) –, a política externa de Trump está sendo colocada em prática e tem trazido importantes desenvolvimentos para o sistema internacional. Dessa maneira, o presente artigo busca analisar a política externa do governo Trump em seus aspectos gerais e sua agenda eurasiática, cobrindo os seguintes tópicos: o pivô Transpacífico, as relações com a China, a barganha nuclear com a Coreia do Norte e o reengajamento no Afeganistão.

A Política Externa de Trump: Aspectos Gerais

Ao longo da campanha eleitoral de Trump e logo após a sua chegada à Casa Branca (Thudium e Alves 2017), a análise da política externa do governo republicano buscou sempre destacar os elementos populistas, imprevisíveis, erráticos e anti-sistêmicos que estariam orientando o comportamento dos Estados Unidos a partir de janeiro de 2017. Analistas como Brzezinski e Wasserman (2017) e Brands (2017), somente para mencionar alguns, indicavam sua preocupação com a ausência de uma grande estratégia da parte do recém-chegado presidente à Washington, devido aos riscos que isso poderia trazer à continuidade da hegemonia e à estabilidade internacional. O estilo reality show de Trump, seus polêmicos tweets e a proliferação de frases e imagens de efeito que se disseminam parecem ter se generalizado.

Assim, não causou estranheza o silêncio que se seguiu ao lançamento da nova Estratégia de

Segurança Nacional (NSS) no final de 2017, uma vez que a mesma validou, e sustentou de forma clara, todas as ações prévias da gestão Trump que muitas vezes eram vistas como erráticas ou sem sentido. Ou, ainda, ações populistas que visariam apenas manter para o público norte-americano uma postura de liderança e de eficiência empreendedora diante de questões políticas, econômicas, sociais e estratégicas. A constatação de que a NSS foi a validação de uma determinada estrutura de pensamento internacionalista unilateral que a presidência tem aplicado esvaziaria a polêmica em torno da atual gestão e permitiria que se desvendassem as motivações e ações concretas que estão em curso, e que não são somente produto de um voluntarismo pessoal.

Na realidade, a política interna e externa de Trump pode ser definida como a “imprevisibilidade previsível”. Nesse sentido, este não é um mero jogo de palavras, mas sim uma avaliação do perfil e exercício tático da forma como a hegemonia vem sendo mantida e se reproduzindo desde a posse do atual presidente. Pode-se discordar se este será o meio mais ou menos eficiente para sustentar e expandir os interesses estadunidenses de curto, médio e longo prazo, mas não se pode negar que existe um padrão e uma agenda na política externa de Trump. Mas, especificamente, quais seriam este padrão e agenda?

O padrão, mais especificamente, é o já destacado: internacionalismo unilateral, justificado pela prioridade do *Make America Great Again*. Com isso, todas as diretrizes listadas nos “quatro pilares do interesse nacional” buscam a consolidação da *America First*, partindo da premissa de que o país perdeu espaços no sistema internacional. Esta

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

perda de espaços é diagnosticada como tendo duas fontes, uma interna e uma externa: a interna refere-se às atitudes equivocadas das presidências anteriores a Trump (com foco na de seu antecessor Barack Obama) na alocação de investimentos domésticos e excessivas regulamentações derivadas das pressões de grupos de interesse interno; a externa deriva das demandas dos organismos multilaterais, incorporadas pela Casa Branca sem avaliar os custos que as mesmas impõem às ações norte-americanas e da exploração indevida de vantagens por nações estrangeiras. As fontes, na realidade, são interdependentes, uma vez que a lógica de Trump atribui às fontes externas, e à baixa reatividade estadunidense a elas, os problemas econômicos e securitários nacionais.

Em termos de agenda, para cumprir estes objetivos a NSS define quatro pilares: “a proteção do povo americano, do território e do modo de vida americano; a promoção da prosperidade americana; a preservação da paz pela força; e o avanço da influência americana” (Estados Unidos 2017, p. V-VI). Na concepção geopolítica e geoeconômica do mundo da NSS, são listadas as seguintes regiões: Índico-Pacífico, Europa, Oriente Médio, Ásia Central e do Sul, Hemisfério Ocidental e África³. A visão alterna uma concepção estatal (com foco nas potências China-Rússia, em particular a China), com os riscos transnacionais (terrorismo, tráfico de drogas e imigração), em detrimento das organizações multilaterais tradicionais como as Nações Unidas e a Organização Mundial de Comércio, sem reconhecimento de novos fenômenos como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) ou de movimentos como a ascensão destes emergentes, a cooperação Sul-

Sul e da desconcentração de poder.

A partir deste panorama geral, e da retórica, como estas considerações se aplicam, na prática, no período 2017/2018, tendo como base a agenda eurasiana?

A Agenda Eurasiana

Uma breve visão das regiões definidas como prioritárias por Trump indica que a Eurásia continua a preocupação fundamental estadunidense em termos de projeção de poder. Essa é uma tendência que se acentua desde o início da Guerra Fria em 1947 e mantém sua continuidade até o século XXI, atravessando diversas presidências. Em termos recentes, uma das estratégias que fora estabelecida pela Casa Branca, e que fora considerada um salto qualitativo na projeção de poder na região foi o projeto do “Pivô Transpacífico” idealizado na gestão de Barack Obama (também definido como “Pivô Asiático”). Sustentado em duas vertentes, a econômica e a militar estratégica, esta estratégia tinha como objetivo reorganizar e atualizar a presença estadunidense neste entorno, tendo como base a ascensão da China, a influência russo-indiana mais diretamente, e, indiretamente, a ação brasileira. Curiosamente (mas não por coincidência), embora não se fale no conceito de BRICS como uma realidade no Departamento de Estado ou no Departamento de Defesa, seus membros foram o alvo principal da contrarreação hegemônica de Obama no pós-2011.

A vertente econômica foi simbolizada no Parceria Transpacífica (TPP) que segundo o governo democrata criava “o maior bloco comercial do mundo” na região do Pacífico, estabelecendo

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

uma linha de contenção da projeção sino-russo-indiana. Pelo lado militar-estratégico esta linha de contenção afeta o mesmo tripé, e esforços como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), as parcerias bilaterais sino-russo-indianas, e mantém a presença de tropas no Japão (como a renovação dos tratados bilaterais nipo-americanos) e a ampliação para nações como a Austrália e a Nova Zelândia.

Para Trump, porém, o “Pivô Transpacífico” era falho pois alocava os Estados Unidos em um acordo de livre comércio, sem garantias de abertura de mercados de seus parceiros, e não atingia o principal problema do país: o comércio desequilibrado com a China. No campo militar-estratégico, os riscos de segurança da expansão chinesa no Mar do Sul da China, a península coreana e os problemas no Oriente Médio também não mereciam a atenção devida. Da mesma forma, pareciam ignorar a expansão da China na Eurásia e global (incluindo a África e a América Latina), atualmente consubstanciada e em rápida expansão por meio da Nova Rota da Seda (One Belt, One Road, OBOR) e iniciativas como o Fórum China-CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos). Com isso, uma das primeiras medidas que o então empossado presidente efetivou em janeiro de 2017 foi retirar os Estados Unidos do TPP e encerrar as agendas de cooperação neste campo, pendendo ao unilateralismo. Contudo, mudar a tática não significa retirar o foco da Eurásia.

A postura estadunidense em relação à China se divide em dois momentos: o embate comercial e a preocupação militar. O crescimento da China nas últimas décadas, tanto no âmbito econômico como no militar, tem criado um desafio à posição

estadunidense de potência hegemônica no sistema internacional (Brands 2017). Como consta na Estratégia de Segurança Nacional de dezembro de 2017, a disputa com as grandes potências, nomeadamente Rússia e China, é colocada como prioridade das políticas dos Estados Unidos (Lamrani 2018; Estados Unidos 2017). Percebe-se, portanto, a grande importância que os EUA têm dado às relações com a China. Mais especificamente sobre a China:

Embora os Estados Unidos continuem a cooperar com a China, a China está se utilizando de estímulos e penalidade econômicas, está influenciando operações, e ameaças militares implícitas para persuadir outros Estados a apoiar sua agenda política e de segurança. Os investimentos em infraestrutura da China e suas estratégias comerciais reforçam suas aspirações geopolíticas. Seus esforços para construir e militarizar postos avançados no Mar do Sul da China coloca riscos ao livre trânsito de mercadorias, ameaça a soberania de outras nações e mina a estabilidade regional. A China desenvolveu uma rápida campanha de mobilização militar para limitar o acesso dos Estados Unidos na região e a China manter total autonomia. A China apresenta suas ambições como mutuamente benéficas, mas o domínio chinês traz o risco de diminuir a soberania de muitos Estados na região indo-pacífica. Os Estados por toda a região estão clamando por uma liderança sustentada dos Estados Unidos em uma resposta coletiva que garanta uma ordem regional que respeite a soberania e a independência (Estados Unidos 2017, 46).

As relações sino-estadunidenses sob Trump já começaram em descompasso. Antes de assumir a presidência, Trump entrou em contato por telefone com representantes de Taiwan e ameaçou

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

desconsiderar a política de uma China, a base para o reestabelecimento das relações entre os dois países na década de 1970. Apesar do posterior abandono de tal posicionamento, o episódio mostra ou um total desconhecimento sobre as relações sino-estadunidenses, ou uma incisiva provocação à Beijing (Yarhi-Milo 2018).

Após o incidente, Trump começou as ameaças à China em matéria de tarifas comerciais. Desde sua campanha, o presidente defende que a falta de empregos nos Estados Unidos se deve principalmente ao crescimento chinês e às suas práticas desleais de comércio. Tal postura chinesa teria gerado a perda de 60.000 fábricas e de 6 milhões de empregos, além do déficit comercial de 504 bilhões de dólares (Fensom 2018a). Na linha de pensamento *Trumpiana*, o comércio internacional é um jogo de soma zero, do qual simbolicamente emergem vencedores e perdedores. Neste caso os Estados Unidos estão perdendo a queda de braço e, portanto, devem fazer algo à respeito (Wolf 2017).

Partindo desta visão geral, a administração Trump tem se empenhado em rever diversos acordos comerciais e em aumentar o protecionismo estadunidense. Em março de 2018, Trump começou com o discurso da guerra comercial com a China, anunciando um aumento de 25% sobre as tarifas do aço importado e 10% sobre o alumínio. Ainda no mesmo mês, declarou-se taxaço sobre 50 bilhões de dólares de produtos chineses, ação que foi retaliada pela China na mesma medida sobre produtos estadunidenses (Fensom 2018b). Depois de negociações, em 20 de maio, o Secretário do Tesouro dos EUA anunciou uma suspensão temporária da guerra comercial.

Entretanto, nove dias depois, uma declaração da Casa Branca sobre as práticas discriminatórias de comércio chinesas foi publicada⁴. A nota informava que em 15 de junho seria anunciada uma lista de produtos importados chineses que receberão tarifas de 25% (Tiezzi 2018).

Nos dias 2 e 3 de junho, o Secretário de Comércio estadunidense esteve na China para negociações comerciais e, apesar da iniciativa, pouco progresso foi feito. Consequentemente, no dia 15 de junho foi publicada a já anunciada lista de mais de mil bens, no valor de 50 bilhões de dólares, que receberão 25% de taxas sobre sua importação aos Estados Unidos. As tarifas se tornarão válidas a partir de 6 de julho e atingem áreas tais quais robótica, manufaturados, indústria automobilística e aeroespacial. A China, por sua vez, anunciou, em resposta, a imposição de uma tarifa adicional de 25% a uma lista quase 700 produtos norte-americanos. Neste ciclo de retaliações mútuas, Trump declarou que se houvesse esta retaliação Washington importaria ainda mais tarifas (Brown e Horowitz 2018). O que se pode ver é uma grande oscilação no posicionamento dos Estados Unidos e um recente aumento de tensões no que pode ser o prelúdio de uma guerra comercial de fato, à margem da OMC.

A outra faceta das relações sino-estadunidenses sob Trump se estabelece no campo estratégico-militar. A partir da percepção da China como grande potência que desafia a ordem mundial estabelecida pelos Estados Unidos, surge a necessidade de demonstrações de poder e robustecimento do setor militar estadunidense. Essa tendência se reflete nos desenvolvimentos ocorridos no Mar do Sul da China, onde as pretensões territoriais chinesas

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

são confrontadas pela constante presença militar marítima estadunidense (SBS News 2018). A economia chinesa avançou também no setor de produção de armamentos, posicionando-se como rival aos EUA no mercado de armas (Cypher 2016). Além disso, decorrem também maiores investimentos no setor militar estadunidense.

Além da China, outras crises e focos de tensão atraem a atenção dos Estados Unidos, que empenham recursos e energia lidando com eles. Tais desenvolvimentos, como a luta contra o terrorismo e as crises no Irã e na Coreia do Norte, divergem o foco estadunidense da competição entre grandes potências. A última crise, na Coreia do Norte, será tratada na seção a seguir (Lamrani 2018).

A questão coreana atraiu a atenção da administração Trump desde o começo do mandato. Através de uma “diplomacia arriscada”, o regime norte-coreano aumentou a frequência dos testes missilísticos e nucleares desde 2016, gerando preocupação às grandes potências, especialmente os Estados Unidos (Pereira e Geiger 2017).

Tradicionalmente, a Coreia do Norte busca compelir as potências a proporem negociações através de demonstrações de força, principalmente com o seu programa nuclear. Isso aconteceu de forma relativamente bem-sucedida em 1994, no Acordo Quadro, e em 2003, nas Six Party Talks. Ou seja, a barganha nuclear da Coreia do Norte visa a uma melhora na situação do conflito na península, um maior reconhecimento diplomático e a normalização das relações com demais países. A maneira com que Pyongyang busca tais objetivos é através da atração de grandes potências para o

problema, mesmo isso significando que a própria Coreia do Norte seja vista como o problema. É de praxe que, então, as grandes potências voltem-se às negociações e o acirramento de tensões diminua, gerando ganhos ao Estado norte-coreano (Pereira e Geiger 2017). Todavia, a resposta de Donald Trump para a elevação de tensões não foi a tradicional.

Inicialmente, Trump demonstrou-se disposto a engajar-se em encontros e negociações com Kim Jong-un. Porém, ainda em 2017, Trump passou a utilizar termos belicosos para se referir ao líder norte-coreano e, em setembro do mesmo ano, ameaçou destruir totalmente a Coreia do Norte (Yarhi-Milo 2018). A troca de ofensas entre os dois líderes seguiu ao longo do ano, entretanto nenhuma ameaça foi cumprida. Tal desenvolvimento suscita a questão da credibilidade do governo Trump. À medida que diversas ameaças são feitas pela grande potência e nenhuma delas é cumprida, o regime perde credibilidade e dá margem para que a Coreia do Norte pressione ainda mais intensamente.

Os últimos meses propiciaram mais uma mudança de postura do presidente Trump em relação à questão coreana. O histórico encontro entre Kim Jong-un e Moon Jae-In, presidente da Coreia do Sul, em 27 de abril, na Zona Desmilitarizada na fronteira entre as duas Coreias, gerou a declaração norte-coreana de que a mesma iria se desnuclearizar. Não havia, porém, informações claras de como o processo seria feito. Logo após, Trump declarou que havia sido marcado o tão esperado encontro entre ele e o presidente norte-coreano (Straits Times 2018; Landler 2018). Entretanto, em 24 de maio, Trump unilateralmente declara que não

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

participaria do encontro, em função de “tremenda raiva e ampla hostilidade” expressa por Kim Jong-un em posicionamentos recentes (Estados Unidos 2018a, 1). Tal declaração causou muita surpresa, uma vez que Trump parecia ter finalmente se comprometido em negociações com a Coreia do Norte.

Alguns dias depois, o braço direito do presidente norte-coreano, Kim Yong Chol, visitou Donald Trump em Washington. Após a visita, o presidente declarou que o encontro entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte voltaria a acontecer em Singapura, no dia 12 de junho, o que de fato ocorreu (Beatty e Clark 2018). Considerando o histórico de desconfianças, o tão esperado encontro entre Trump e Kim mostra-se como um primeiro passo para a normalização das relações entre Estados Unidos e a Coreia do Norte. Na conferência, os dois chefes de Estado assinaram uma declaração conjunta. Nela, Kim Jong-un comprometeu-se com o fechamento do programa nuclear norte-coreano e Washington deu garantias de segurança à Coreia do Norte, além de inauguração de novas relações pacíficas entre os países.

Após o encontro, Trump anunciou a suspensão dos exercícios militares com a Coreia do Sul, sinalizando o engajamento estadunidense com as propostas. Dessa maneira, se os pontos acordados forem colocados em prática, é possível prever o estabelecimento de linhas diretas de comunicação e, mais além, de representações diplomáticas nos dois países. Deve-se levar em conta as muitas dificuldades que envolvem esses processos. O próprio encontro era impensável há um ano, quando havia se instaurado um cenário de grande tensão. A conferência sinaliza uma

alteração no modo de interação entre as partes e uma possibilidade de mudança real no conflito coreano e no cenário geopolítico da região, com implicações para as agendas da China e da Rússia (Baker 2018).

A barganha norte-coreana com os Estados Unidos foi mais difícil sob Trump em função do pensamento de soma zero do presidente estadunidense e do seu desejo de manter uma postura tenaz. Em função dessa característica, Washington correu mais riscos ao se posicionar externamente, entrando, por exemplo, na troca de ofensas e forçando a Coreia do Norte ao limite (Wolf 2017). Apesar do recente avanço, a postura de Trump em relação à questão coreana não condiz com o tradicional posicionamento de grande potência. Como afirma a autora Keren Yarhi-Milo, “para uma pequena potência revisionista como a Coreia do Norte, parecer imprevisível pode permitir a um líder temporariamente jogar mais alto”, por outro lado, “Trump gostando ou não, os EUA são uma superpotência global para a qual previsibilidade e credibilidade são ativos, não passivos” (2018, 77).

Outra crise em que a administração Trump se envolveu foi a do Afeganistão. Apesar de não ser inicialmente uma prioridade, a guerra contra o Taliban no Afeganistão alcançou importância na agenda eurasiática de Trump. Antes e durante sua campanha presidencial, Trump defendia a retirada definitiva dos Estados Unidos do Afeganistão. Ao assumir a presidência, entretanto, Trump mudou de posicionamento e lançou uma nova estratégia para o país. No cenário atual, além do Taliban, a presença do Estado Islâmico na região coloca-se como uma nova ameaça a ser combatida.

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

Pela primeira vez, em 13 de abril de 2017, os EUA lançaram a sua maior bomba não nuclear, apelidada de a mãe de todas as bombas. Ela foi lançada em um complexo de túneis do Estado Islâmico no Afeganistão, em uma grande demonstração de força e sinalização do que estava por vir. Alguns meses depois, em agosto de 2017, o presidente anunciou sua nova estratégia para o Afeganistão. Um plano mais agressivo foi proposto, pedindo o aumento de tropas estadunidenses e uma maior atuação no Afeganistão, um maior engajamento da OTAN e cooperação regional com o objetivo de pressionar o Taliban a comprometer-se com negociações. Trump declarou que a retirada das tropas estadunidenses dependeria das condições do conflito e que os seus recursos seriam empregados para a luta contraterrorista e não em esforços de reconstrução da nação afegã (Mehta e Copp 2017). O Pentágono inicialmente enviou 3.000 tropas adicionais ao Afeganistão, aumentando o número de forças estadunidenses no país para 14.000 (Mitchell 2018).

Tal estratégia propôs também novas regras de engajamento das tropas no Afeganistão. Foi retirada a necessidade de uma determinada proximidade para abrir fogo contra possíveis membros de grupos terroristas e o deslocamento de advisers estadunidenses para unidades afegãs de menor nível (Mehta 2017). A mudança de regras, segundo a administração, permite maior agência dos soldados estadunidenses no Afeganistão, porém também significa menos accountability, o que já pode ser percebido nos dados.

No dia 2 de abril deste ano, um ataque aéreo a uma cerimônia do lado de fora de uma escola de estudos islâmicos em uma província controlada

pelo Taliban matou 36 pessoas e feriu 71. Havia membros do Taliban na cerimônia, porém, 30 dos mortos eram crianças. Os Estados Unidos estão investindo fortemente em uma campanha aérea contra o grupo terrorista, a qual gerou uma alta nas mortes de civis causadas pelas forças aéreas afegãs e estadunidenses. Enquanto o número de projéteis lançados em bombardeios durante 2017 foi de 4.361, entre janeiro e abril de 2018 foram contabilizados 1.748. Se mantida essa taxa, a projeção é de que, ao final de 2018, atinja-se mais de 5.000. O ano de 2017, registrou mais mortes civis por bombardeios do que em todos os anos registrados desde 2009. Foram 154 civis mortos pelas forças aéreas estadunidenses e 99 pelas afegãs (Ponniiah 2018).

Apesar da estratégia de Trump ter sido lançada com o objetivo de levar o Taliban às negociações, uma série de atentados terroristas no final de janeiro de 2018 pode ter mudado a opinião do presidente. Em contradição com seus anúncios iniciais, Trump declarou que não havia espaço para conversas com o Taliban em tais condições (Rampton e Landay 2018). Em um contexto no qual o Taliban controla por volta de 70% do território do país e as derrotas do Estado Islâmico na Síria poderiam significar maior presença do grupo na região, o Afeganistão apresenta-se como uma prioridade na política externa estadunidense (Ponniiah 2018). Apesar de não querer se envolver inicialmente, a guerra contra o terrorismo no Afeganistão também fará parte da agenda de Trump ao longo de seu mandato e seus resultados podem impactar diretamente na opinião pública interna e na sua credibilidade perante os demais atores do sistema internacional.

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

Considerações Finais

Depois de quase dois anos no governo, um dos maiores mitos sobre a presidência de Trump parece estar se esvaziando: o de que é impossível analisar de forma coerente sua agenda de relações internacionais devido ao seu voluntarismo pessoal. Um breve exame que escape das cortinas de fumaça midiáticas e retóricas em torno da Casa Branca demonstra que o atual governante tem mantido quase inalteradas suas promessas de campanha da *America First*. Na Eurásia, isso se revela em uma disputa direta com a China e com ajustes na postura militar norte-americana no entorno. A aceleração destas movimentações no primeiro semestre de 2018 na Eurásia, no G7, nas relações com o México, Irã, somente para citar alguns pontos, revela mais um componente tático da Casa Branca: a necessidade de produzir fatos novos.

Por fim, esta necessidade se torna ainda mais resente em 2018 diante das eleições de meio de mandato de novembro. Eleições estas essenciais tanto para as pretensões de Trump de um eventual reeleição em 2020, como para os do Partido Republicano de manter seu domínio de quase uma década do Legislativo. Para ambas, um governo Trump ativo e aparentemente eficiente, ainda que no curto prazo, é o melhor cabo eleitoral.

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

Notas

3 Estas duas últimas regiões, hemisfério ocidental e África, são consideradas como blocos homogêneos praticamente, sem destaque a potências regionais. A preocupação nestes espaços são os países em desenvolvimento e os países frágeis conforme a classificação da NSS: instáveis política e economicamente e com problemas de crescimento econômico (Estados Unidos 2017).

4 Esse documento anunciou que novas restrições seriam impostas sobre os setores de tecnologia e propriedade intelectual e que tais medidas serão apresentadas em 30 de junho. Também informou a persistência dos EUA em sua reclamação na Organização Mundial do Comércio contra a China e que o anúncio do dia 15 de junho incluía bens relacionados ao projeto “Made in China 2025” (Estados Unidos 2018b).

Referências

Baker, Rodger. 2018. “Trump and Kim Break With the Past”. Stratfor, 12 de junho de 2018. <https://worldview.stratfor.com/article/trump-kim-break-past>

Beatty, Andrew, e Dave Clark. 2018. “N. Korea summit back on, Trump says after meeting Kim envoy”. Yahoo, 2 de junho de 2018. <https://www.yahoo.com/news/top-north-korean-general-way-us-ahead-summit-064336258.html>.

Brands, Hal. 2017. “The Unexceptional Superpower: American Grand Strategy in the Age of Trump”. *Survival* 59 (6): 7–40. <https://doi.org/10.1080/00396338.2017.1399722>.

Brown, Pamela, e Julia Horowitz. 2018. “Trump announces tariffs on \$50 billion worth of Chinese goods”. CNN, 15 jun. 2018. http://money.cnn.com/2018/06/14/news/economy/trump-china-tariffs/index.html?utm_source=twCNNi&utm_medium=social&utm_content=2018-06-15T12%3A30%3A26&utm_term=image.

Brzezinski, Zbigniew, e Paul Wasserman. 2017. “Why the World Needs a Trump Doctrine”. *New York Times*, 20 de fevereiro de 2017. <https://www.nytimes.com/2017/02/20/opinion/why-the-world-needs-a-trump-doctrine.html>.

Cypher, James M. 2016. “Hegemony, Military Power Projection and US Structural Economic Interests in the Periphery”. *Third World Quarterly* 37 (5): 800–817. <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1109435>.

Estados Unidos. 2017. “National Security Strategy of the United States of America”. <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>.

———. 2018a. “Letter from the President to Chairman Kim Jong Un”. <https://twitter.com/WhiteHouse/status/999647796218269697>.

———. 2018b. “Statement on Steps to Protect Domestic Technology and Intellectual Property from China’s Discriminatory and Burdensome Trade Practices”. <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/statement-steps-protect-domestic-technology-intellectual-property-chinas-discriminatory-burdensome-trade-practices/>.

Fensom, Anthony. 2018a. “How Asia Could Circumvent US-China Trade War”. *The Diplomat*, 26 de março de 2018. <https://thediplomat.com/2018/03/how-asia-could-circumvent-us-china-trade-war/>.

———. 2018b. “US-China Trade War Escalates”. *The Diplomat*, 29 de maio de 2018. <https://thediplomat.com/2018/05/us-china-trade-ceasefire-wont-last/>.

Lamrani, Omar. 2018. “A Distracted U.S. Struggles To Shift Its Global Focus”. Stratfor, 31 de maio de 2018. <https://worldview.stratfor.com/article/distracted-us-struggles-shift-its-global-focus>.

Landler, Mark. 2018. “North Korea Asks for Direct Nuclear Talks, and Trump Agrees”. *New York Times*, 8 de março de 2018. <https://www.nytimes.com/2018/03/08/us/politics/north-korea-kim-jong-un-trump.html>.

Mehta, Aaron. 2017. “Mattis reveals new rules of engagement”. *Military Times*, 3 de outubro de 2017. <https://www.militarytimes.com/flashpoints/2017/10/03/mattis-reveals-new-rules-of-engagement/>.

Mehta, Aaron, e Tara Copp. 2017. “Trump Afghanistan strategy calls for more troops, regional pressure”. *Defense News*, 21 de agosto de 2017. <https://www.defensenews.com/news/2017/08/22/trump-afghanistan-strategy-calls-for-more-troops-regional-pressure/>.

Mitchell, Ellen. 2018. “Trump shifts gears on Afghanistan”. *The Hill*, 1 de janeiro de 2018. <http://thehill.com/policy/defense/366832-trump-shifts-gears-on-afghanistan>.

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

Pereira, Analúcia Danilevicz, e Luana Geiger. 2017. "A Coreia do Norte e o dilema securitário do Leste Asiático". Boletim de Conjuntura NERINT 2 (5): 09–18.

Ponniah, Kevin. 2018. "Counting the cost of Trump's air war in Afghanistan". BBC, 7 de junho de 2018. <https://www.bbc.com/news/world-asia-44282098>.

Rampton, Roberta, e Jonathan Landay. 2018. "Trump rejects peace talks with Taliban in departure from Afghan strategy". Reuters, 29 de janeiro de 2018. <https://www.reuters.com/article/us-afghanistan-blast-trump/trump-rejects-peace-talks-with-taliban-in-departure-from-afghan-strategy-idUSKBN1FI2BU>.

SBS News. 2018. "US to keep confronting Beijing in South China Sea, says Mattis". SBS News, 30 de maio de 2018. <https://www.sbs.com.au/news/us-to-keep-confronting-beijing-in-south-china-sea-says-mattis>.

Straits Times. 2018. "North Korea says denuclearisation pledge not result of US-led sanctions". Straits Times, 6 de maio de 2018. <https://www.straitstimes.com/asia/east-asia/north-korea-says-denuclearisation-pledge-not-result-of-us-led-sanctions>.

Thudium, Guilherme, e João Paulo Alves. 2017. "A ascensão de Donald Trump: perspectivas para a política externa e de segurança dos Estados Unidos". Boletim de Conjuntura NERINT, v. 1: 7-18.

Tiezzi, Shannon. 2018. "Brace Yourselves: The US-China Trade War Is About to Begin". The Diplomat, 5 de junho de 2018. <https://thediplomat.com/2018/06/brace-yourselves-the-us-china-trade-war-is-about-to-begin/>.

Wolf, Reinhard. 2017. "Donald Trump's Status-Driven Foreign Policy". Survival 59 (5): 99–116. <https://doi.org/10.1080/00396338.2017.1375260>.

Yarhi-Milo, Keren. 2018. "After Credibility: American Foreign Policy in the Trump Era". Foreign Affairs, 68–77.

Recebido em 18 de junho de 2018.

Aprovado em 23 de junho de 2018.

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

UM IRÃ NO MEIO DO CAMINHO

Rafaela Elmir Fioreze¹ e Paulo Fagundes Visentini²

• A partir da Revolução Iraniana de 1979 e, particularmente, do vácuo de poder surgido com o retraimento dos Estados Unidos no Oriente Médio, o Irã pôde ascender como potência regional autônoma.

• A inserção do Irã nas dinâmicas regionais e sua participação nas guerras da Síria e do Iêmen são determinadas, em grande medida, pela guerra fria que o país trava contra a Arábia Saudita.

• A retirada dos Estados Unidos do acordo nuclear com o Irã se encontra diretamente relacionada à proximidade do país com a Arábia Saudita e com Israel, formando-se, assim, uma “coalizão anti-iraniana”.

Apresentação

Em maio deste ano, o mundo testemunhou o anúncio de Donald Trump que retirava os Estados Unidos do Plano de Ação Conjunto Global, ou, objetivamente, do Acordo Nuclear com a República Islâmica do Irã. Tal medida, uma promessa de longa data do então presidenciável, contudo, não representou um evento isolado, estando, na verdade, inserido em um contexto de afastamento do Irã e, em alguns casos, de hostilidades contra o país por parte dos Estados Unidos e de seus aliados no Oriente Médio – particularmente Arábia Saudita e Israel. Assim, a fim de compreender esse processo que vem colocando o Irã como um centro de convergência de hostilidades regionais

e internacionais e que culminou com a retirada estadunidense do acordo nuclear, este artigo apresentará, em primeiro lugar, as bases e os fundamentos que permitiram a ascensão do Irã como uma potência regional autônoma. Em seguida, analisar-se-á a atual “guerra fria” entre o Irã e a Arábia Saudita, a qual, em grande medida, vem determinando as dinâmicas regionais e se refletindo em conflitos como as guerras na Síria e no Iêmen. Por fim, buscar-se-á avaliar os motivos e os impactos da saída estadunidense do Plano de Ação Conjunto Global e como isso se insere em um contexto mais amplo.

1 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisadora assistente no Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT). Contato: rafaelafioreze@gmail.com.

2 Editor, Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Coordenador do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) e Pesquisador do CNPq. Contato: paulovi@ufrgs.br.